

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**3º TRIMESTRE 2020**  
**IFRS CAMPUS FARROUPILHA**

## **Notas Explicativas**

### **Apresentação**

As demonstrações Contábeis do IFRS Campus Farroupilha (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações das contas contábeis da unidade gestora 158674 – IFRS campus Farroupilha.

No presente relatório, estão evidenciadas DCON de 30/09/2020. Embora não sejam exigidas pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das DCON representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

O resultado patrimonial apurado no terceiro trimestre de 2020 foi positivo em R\$ 61.060,40, porém apresentou um decréscimo nominal de 71,21% em relação ao mesmo período de 2019, quando o resultado foi um superavit patrimonial de R\$ 212.053,27. Dentro a principal causa da redução do superavit patrimonial, destacam-se: a redução Transferências e Delegações Recebidas e o aumento das despesas com uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. Ressalta-se que o resultado patrimonial deve ser analisado com cautela, pois ainda estão ocorrendo alterações oriundas da adoção do regime de Competência, em convergência às normas internacionais de contabilidade do setor público, e não há uma tendência consolidada para esse resultado.

### **Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Farroupilha (DCON IFRS – Campus Farroupilha) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

### **Resumo das Principais Práticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

---

---

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

(c) Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para a mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(d) VPDs pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços a entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

(e) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(f) Depreciação

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e funcional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(g) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será admitida com base no laudo de avaliação específica ou, na ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segunda a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do funamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Passivos circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante apresentam a seguinte divisão: (i) fornecedores e contas a pagar; e (ii) demais obrigações.

(j) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houveram, ao longo do 3º trimestre de 2020, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

## Descrição da composição

### 1- Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 30/09/2020, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos Liberados pelo Tesouro”, 68,41% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2019:

**Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição.**

	R\$			
	30/09/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Banco Conta Movimento – Demais Contas	7.964,39	4.826,50	65,01	31,59
Recursos Liberados pelo Tesouro	17.249,04	35.367,11	-51,23	68,41
<b>Total</b>	<b>25.213,43</b>	<b>40.193,61</b>	<b>-37,27</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

#### (a) Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade de caução. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo. Os rendimentos auferidos pelos valores depositados como garantias contratuais não estão sendo contabilizados nas demonstrações contábeis, em virtude de falta de extratos bancários para a verificação de valores e registro contábil.

#### (b) Recursos Liberados pelo Tesouro

Os recursos liberados pelo Tesouro representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecidos pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

## 5 – Estoques

O IFRS campus Farroupilha armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado destinados a atividade meio (administrativo) e atividade fim (ensino) na instituição.

Até o segundo trimestre não foi registrado o laudo de inventário de almoxarifado, que possibilita-se a conciliação com os saldos das contas contábeis registrado no SIAFI, sendo assim, não é possível atestar a confiabilidade dos saldos da conta estoque.

**Tabela 3 – Estoques – Composição.**

R\$

	30/06/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Almoxarifado	367.372,89	325.786,16	12,77	100,00
<b>Total</b>	<b>367.372,89</b>	<b>325.786,16</b>	<b>12,77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

## 6 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de em sua totalidade de despesas pagas antecipadamente à título de prêmio de seguros.

Neste grupo foi contabilizado o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), no valor de R\$ 8,14 referente aos três veículos do Campus Farroupilha.

**Tabela 4 – VPDs Pagas Antecipadamente – Composição.**

R\$

	30/09/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Prêmios de Seguro a Apropriar	8,14	0,00	-	100,00
<b>Total</b>	<b>8,14</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

## 7 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação.

Em 30/09/2020, o IFRS campus Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 9.299.260,69 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2020 e 2019.

**Tabela 5 – Imobilizado – Composição.**

R\$

	30/09/2020	31/12/2019	AH%	AV%
<b>Bens Móveis</b>	<b>3.914.378,32</b>	<b>4.117.979,53</b>	<b>-4,94</b>	<b>42,09</b>
(+) Valor Bruto Contábil	7.484.840,81	7.342.712,69	1,94	80,49
(-) Depreciação Acumulada	-3.570.462,49	-3.224.733,16	10,72	-38,40
<b>Bens Imóveis</b>	<b>5.384.882,37</b>	<b>5.161.387,55</b>	<b>4,33</b>	<b>57,91</b>
(+) Valor Bruto Contábil	5.545.573,27	5.305.809,50	4,52	59,63
(-) Depreciação Acumulada	-160.690,90	-144.421,95	11,26	-1,73
<b>Total</b>	<b>9.299.260,69</b>	<b>9.279.367,08</b>	<b>0,21</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

### Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS campus Farroupilha em 30/09/2020 totalizavam R\$ 3.914.378,32 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, que representa 85,24% dos bens móveis.

Até o terceiro trimestre não foi registrado o laudo de inventário de bens móveis, que possibilita-se a conciliação com os saldos das contas contábeis registrado no SIAFI, sendo assim, não é possível atestar a confiabilidade dos saldos.

**Tabela 6 – Bens Móveis – Composição.**

	R\$			
	30/09/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.336.697,90	3.258.369,76	2,40	85,24
Bens de Informática	1.784.013,60	1.754.830,87	1,66	45,58
Móveis e Utensílios	1.272.781,25	1.271.356,25	0,11	32,52
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	743.097,80	718.405,55	3,44	18,98
Veículos	219.362,96	219.362,96	-	5,60
Demais Bens Móveis	128.887,30	120.387,30	7,06	3,29
Depreciação/Amortização Acumulada	-3.570.462,49	-3.224.733,16	10,72	-91,21
<b>Total</b>	<b>3.914.378,32</b>	<b>4.117.979,53</b>	<b>-4,94</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

As depreciações estão sendo lançadas conforme os Relatórios de Movimentação de Bens (RMB) do Sistema de Controle Patrimonial SIPAC. O campus Farroupilha apresenta divergências de saldos de depreciação acumulada de bens móveis entre SIAFI e SIPAC. As divergências decorrem de falhas no sistema de controle patrimonial, erro de cálculo de depreciação acumulada, situação que ainda não foi solucionada pela equipe técnica responsável pelas adequações do sistema.

Até o terceiro trimestre de 2020, não foi realizado o procedimento de reavaliação de ativos, nem adotou métodos para comparar o valor registrado de seus ativos aos valores recuperáveis (valores reais/mercado). Logo o total da conta Ativo Imobilizado Bens móveis (-) Depreciação, Amortização e Exaustão não refletem fielmente a situação patrimonial da unidade.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS campus Farroupilha, em 30/09/2020, totalizavam R\$ 5.217.786,45, que correspondem 54,20% do total do ativo.

**Tabela 7 – Bens Imóveis – Composição.**

	R\$			
	30/09/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Bens de Uso Especial Registrados SPIUNET	5.545.573,27	5.305.809,50	4,52	102,98
(-) Depreciação Acumulada	-160.690,90	-144.421,95	11,26	-2,98
<b>Total</b>	<b>5.384.882,37</b>	<b>5.161.387,55</b>	<b>4,33</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

## 8 – Intangível.

O Ativo Intangível do IFRS campus Farroupilha, em 30/09/2020, totalizou R\$ 500,47, estando distribuído em contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 8 – Intangíveis – Composição.**

	R\$			
	30/09/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Software com vida útil definida	84.153,13	84.153,13		
Software com vida útil indenificada	12.652,50			
(-) Amortização Acumulada	-83.652,66	-83.652,66		
<b>Total</b>	<b>13.152,97</b>	<b>500,47</b>		<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Os softwares com vida útil definida adquiridos até 2012 sofreram a amortização com base nos cálculos de planilha de excel, devido o Sistema de Controle Patrimonial não fornecer a informação da amortização dos

softwares. O método de cálculo utilizado foi o de cota constantes, com base no valor de aquisição e na apuração da vida útil definida de 5 anos, dos quais já sofreram amortização em 100%, o software adquirido em 2019 não sofreu nenhuma amortização.

Os softwares com vida útil indefinida foram adquiridos em 2020, e não estão sendo amortizados.

Até o terceiro trimestre de 2020, não foi realizado o procedimento de reavaliação de ativos, nem adotou métodos para comparar o valor registrado de seus ativos aos valores recuperáveis (valores reais/mercado). Logo o total da conta Intangível (-) Amortização Acumulada não reflete fielmente a situação patrimonial da unidade.

## 9 – Obrigações a Curto Prazo

Em 30/09/2020, o IFRS Campus Farroupilha, apresentou um saldo em aberto de R\$ 33.559,87, de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir.

**Tabela 9 – Obrigações a Curto Prazo – Composição.**

	R\$			
	30/09/2020	31/12/2019	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar	9.180,68	27.624,97	-66,77	27,36
Demais Obrigações	24.379,19	7.834,50	211,18	72,64
<b>Total</b>	<b>33.559,87</b>	<b>35.459,47</b>	<b>-5,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

### (a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A maior parte do passivo do IFRS campus Farroupilha com obrigações a curto e longo prazo se refere a demais obrigações, que representam 72,64% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listadas os fornecedores com saldo em 30/09/2020. Os valores do grupo Fornecedores e Contas a Pagar se referem a prestação de serviço de execução PPCI do Campus Farroupilha prestado pela empresa A.F. dos Santos Serviços 2019, serviço de copeiragem prestado pela empresa Kay Serviços e conservação em 2019 e serviço de copeiragem prestados pela empresa Pedro Reginaldo no exercício de 2018.

**Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

	R\$	
	30/09/2020	AV%
A.F. DOS SANTOS SERVIÇOS	5.931,53	64,61
KAY SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO EIRELI	1.520,06	16,56
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIAS E FAGUNDES LTDA	1.729,09	18,83
<b>Total</b>	<b>9.180,68</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2019

### (b) Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao mês de dezembro, o IFRS campus Farroupilha registrou um aumento de xx% nas demais obrigações a curto prazo, em razão de das garantias contratuais e dos compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do campus Farroupilha, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.

**Tabela 11 – Demais Obrigações – Composição.**

	<b>R\$</b>	
	<b>30/09/2020</b>	<b>AV%</b>
Imposto e contrib diversos devido	377,09	1,55
ISS	79,80	0,33
Depósitos Retidos de Fornecedores	2.132,31	8,75
Glosa de encargos trabalhistas	975,60	4,00
Depósitos e Cauções Recebidos	7.964,39	32,67
Devolução de valores	210,00	0,86
Incentivos a Educação, Cultura e Outros	12.640,00	51,85
<b>Total</b>	<b>24.379,19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020

Do total dessa obrigação, 51,85% é composto por incentivos a educação, cultura e outros, que refere-se à apropriação das bolsas pesquisa, extensão, ensino e inclusão digital referente ao mês de setembro/2020.

## 10- Obrigações contratuais

Em 30/09/2020, o IFRS – Campus Farroupilha possuía um saldo de R\$ 810.418,77 relacionados a obrigações contratuais, de parcelas de contratos que serão executadas neste e no(s) próximo(s) exercício(s).

Até o terceiro trimestre de 2020, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas de controle de obrigações contratuais

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 12 – Obrigações Contratuais - Composição.**

	<b>R\$</b>			
	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Contratos de Serviços em Execução	770.948,34	1.148.745,66	-32,89	95,13
Contratos de Fornecimento de Bens em Execução	39.470,43	2.614,45	1.409,70	4,87
<b>Total</b>	<b>810.418,77</b>	<b>1.151.360,11</b>	<b>-29,61</b>	<b>100</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

## 11 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/09/2020 foi superaficitário em R\$ 61.060,40 e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

**Tabela 13 –Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas.** R\$

	30/09/2020	30/09/2019	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.803.690,28	1.887.212,82	-4,43
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.742.629,88	1.675.159,55	4,03
<b>Total</b>	<b>61.060,40</b>	<b>212.053,27</b>	<b>-71,21</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve uma redução de 71,21% do resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, visto que as variações patrimoniais aumentativas sofreram reduções de 4,43 % e as variações patrimoniais diminutiva sofreram um aumento de 4,03%.

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

**Tabela 14 –Demonstração das Variações Patrimoniais.** R\$

	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.803.690,28</b>	<b>1.887.212,82</b>	<b>-4,43</b>	<b>100,00</b>
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	879,90	2.667,94	-67,02	0,05
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	161,64	1.462,08	-88,94	0,01
Transferências e Delegações Recebidas	1.799.085,43	1.849.337,77	-2,72	99,74
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desinc. de Passivos	0,00	32.989,00	-100,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.563,31	756,03	371,32	0,20
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>1.742.629,88</b>	<b>1.675.159,55</b>	<b>4,03</b>	<b>96,61</b>
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.542.392,23	1.438.017,16	7,26	85,51
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	75,66	49,75	52,08	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	3.620,95	52.787,70	-93,14	0,20
Desvalorização e Perdas c/Ativos e Inc. De Passivos	2.672,90	1.216,61	119,70	0,15
Tributárias	1.625,14	2.340,78	-30,57	0,09
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	192.243,00	180.747,55	6,36	10,66
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>61.060,40</b>	<b>212.053,27</b>	<b>-71,21</b>	<b>3,39</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

As contas de resultado com a variações mais significativa em comparação com o mesmo período de 2019 do qual contribuíram para a diminuição do Resultado Patrimonial foram:

- I. Diminuição VPA Transferências e Delegações Recebidas, que representa 99,74% do total das receitas do terceiro trimestre de 2020, e.
- II. Aumento VPD – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, que representa 85,51% do total das variações até do terceiro trimestre de 2020.

**Tabela 15 – Transferências e Delegações Recebidas – Composição.** R\$

	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Transferências Intragovernamentais	1.776.107,68	1.109.384,73	60,10	98,72
Outras Transferências e Delegações Recebidas	22.977,75	739.953,04	-96,89	1,28
<b>Total</b>	<b>1.799.085,43</b>	<b>1.849.337,77</b>	<b>-2,72</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

A variação negativa de 96,89% da VPA – Outras Transferências e Delegações Recebidas, refere-se principalmente a regularização da incorporação dos bens provenientes do PROEP, no valor de R\$ 735.685,72,

que foi realizada em março/2019, gerando uma redução significativa no grupo das Variações Patrimoniais Aumentativas.

As Transferências Intragovernamentais, que se referem as transferências de recursos para pagamentos de Restos a Pagar e despesas do exercício, tiveram um aumento de 60,10% em comparação com o mesmo período de exercício anterior.

**Tabela 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Composição.**

	<b>R\$</b>			
	<b>30/09/2020</b>	<b>30/09/2019</b>	<b>AH%</b>	<b>AV%</b>
Uso de Material de Consumo	470.613,59	146.370,31	221,52	30,51
Serviços	709.780,36	780.878,88	-9,10	46,02
Depreciação, Amortização e Exaustão	361.998,28	510.767,97	-29,13	23,47
<b>Total</b>	<b>1.542.392,23</b>	<b>1.438.017,16</b>	<b>7,26</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Dentro da VPD de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, o aumento de maior representatividade refere-se as despesas do grupo de uso de material de consumo, que corresponde a um aumento de 221,52% em comparação ao mesmo período de 2019.

O aumento da despesa de material de consumo, refere-se a principalmente ao material de consumo imediato necessários para a manutenção de bens imóveis, realizada pela empresa LLDE Soluções Instalações e Reformas; e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de laboratório executados pela empresa Cadona e Lunardi, empresa Engefar Instalações e Manutenções e empresa Quanteq equipamentos de ensaio Ltda.

## 12 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Farroupilha referente as despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS campus Farroupilha e realizado através da descentralização da programação orçamentária.

No terceiro trimestre de 2020 foram descentralizado para o Campus Farroupilha a quantia de R\$ 2.069.659,73, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 1.894.364,55, o que representa 91,53% das descentralizações recebidas.

### Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Como explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 1.894.364,55, enquanto que no mesmo período de 2019, tal fase da execução da despesa pública montou a quantia de R\$ 1.680.797,78 conforme evidenciado na tabela a seguir:

**Tabela 17 – Despesas Empenhadas – Composição.**

			R\$	
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Despesas Correntes	1.143.762,94	1.132.104,01	1,03	60,38
Despesas de Capital	750.601,61	548.693,77	36,80	39,62
<b>Total</b>	<b>1.894.364,55</b>	<b>1.680.797,78</b>	<b>12,71</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destaca-se as os Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 705.109,37, que refere-se a 61,65% das despesas empenhadas, conforme observado na tabela a seguir:

**Tabela 18- Outras despesas Correntes – Composição.**

			R\$	
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Diárias - Pessoal Civil	0,00	12.400,00	-100	-
Auxílio Financeiro a Estudantes	194.785,00	224.133,21	-13,09	17,03
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	41.900,00	-	-	3,66
Material de Consumo	105.838,89	16.483,93	542,07	9,25
Material, Bem ou Serviço p/Distrib. Gratuita	11.351,72	58.379,90	-80,56	0,99
Passagens e Despesas com Locomoção	200,00	5.800,00	-96,55	0,02
Outros Serviços de Terceiros - PF	0,00	400,00	-100	-
Outas Serviços de Terceiros - PJ	705.109,37	708.853,82	-0,53	61,65
Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação	80.152,30	82.206,43	-2,50	7,01
Obrigações Tributárias e Contributivas	4.000,00	3.881,43	3,05	0,35
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	315,54	-100	-
Indenizações e Restituições	0,00	4.400,00	-100	-
Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Juridica Intra	350,00	14.800,00	-97,64	0,03
Obrig. Trib. E Contrib. OP. Intra - Orçamentárias	75,66	49,75	52,08	0,01
<b>Total</b>	<b>1.143.762,94</b>	<b>1.132.104,01</b>	<b>1,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Houve um aumento dos empenhos de despesa corrente na ordem de 1,03% em comparação com o mesmo período de 2019, devido algumas medidas adotadas para o combate à pandemia COVID-19, algumas das despesas tiveram redução significativa, como diárias, auxílio financeiro a Estudantes, material de distribuição gratuita, passagens, entre outras despesas. O principal aumento encontra-se na despesa de material de

consumo subitem material de produção industrial no valor de R\$ 83.784,35 que representa 79,16% dos empenhos em material de consumo. A emissão deste empenho foi realizado para a aquisição de politereftalato de etileno (PET) laminado para confecção de protetores faciais para distribuição aos profissionais envolvidos no combate ao COVID-19.

Nas despesas de capital, houve um aumento de 36,80% em comparação o mesmo período de 2019, em virtude de emissões de notas de empenhos para a construção do bloco 6 prédio de salas de aula do IFRS campus Farroupilha conforme contrato 45/2020 no valor de R\$ 583.023,27 , e Reforma do Bloco do Almoxarifado com fechamento das laterais abertas e complementação do calçamento de acesso ao bloco, conforme contrato 55/2020 no valor de R\$ 62.757,89. Esses contratos de obra, representam 86,03% da despesa de capital empenhada até o terceiro trimestre de 2020.

### Restos a Pagar

Foram em restos a pagar todas as despesa orçamentárias empenhadas no exercício de 2019 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas em 31/12/2019.

### Restos a Pagar Não Processados

O IFRS campus Farroupilha inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2019, perfazendo um total de R\$ 1.656.545,37. Observa-se que 60,18% dos empenhos inscritos foram liquidados. Dos valores liquidados 100% foram pagos, conforme tabela a seguir.

**Tabela 19 – Execução Restos a Pagar não Processados.**

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2019	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Despesas Correntes	100.267,94	862.857,77	652.787,39	652.787,39	17.956,23	292.382,09
Despesas de Capital	634,13	692.785,53	344.074,04	344.074,04	69,23	349.276,39
<b>Total</b>	<b>100.902,07</b>	<b>1.555.643,30</b>	<b>996.861,43</b>	<b>996.861,43</b>	<b>18.025,46</b>	<b>641.658,48</b>

Fonte: SIAFI 2020

Do saldo dos Restos a Pagar Inscritos 54,01% refere-se ao Jade Construções EIRELI., cujo o objeto é a construção da quadra poliesportiva coberta para o IFRS campus Farroupilha.

### Restos a Pagar não Processos Cancelados

Dos restos a pagar cancelados no valor de R\$ 18.025,46, 73,81% foram anulados devido a não entrega das mercadorias, as demais anulações foram referente aos saldos excedentes da estimativa da despesa com contratos para o exercício de 2019.

### Restos a Pagar Processos

Houve inscrição de restos a pagar processados referente aos despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2019, num montante de R\$ 30.633,00, destes valores 74,16% foram pagos, conforme tabela a seguir.

**Tabela 20 – Execução Restos a Pagar Processados.**

<b>Grupo da Despesa</b>	<b>Inscritos em exercícios anteriores</b>	<b>Inscritos em 31/12/2019</b>	<b>Pagos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Saldo</b>
Outras Despesas Correntes	7.915,91	22.717,06	20.814,29	0,00	9.818,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7.915,91</b>	<b>22.717,06</b>	<b>20.814,29</b>	<b>0,00</b>	<b>9.818,68</b>

Fonte: SIAFI 2020

TATIANE BERENICE GOMEZ  
Contadora – IFRS-Campus Farroupilha  
Portaria IFRS-CP-FRP nº 328/2014  
CRC RS 068628/O-1 / SIAPE 2681478